

Terreiro das Pretas: quintal afroecológico é exemplo de bem viver na terceira APA mais desmatada do Brasil

Por Jessica · 25/11/2025

As irmãs Verônica (esquerda) e Valéria Carvalho (direita), do Terreiro das Pretas

As irmãs Verônica (esquerda) e Valéria Carvalho (direita), do Terreiro das Pretas

| Crédito: Bruna Santos / Brasil de Fato

No coração do semiárido nordestino, o verde que cobre quase um milhão de hectares da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe (APA Araripe) está ameaçado. [A expansão agrícola, com suas monoculturas](#), impulsiona o desmatamento na região. Em 2024, a unidade de conservação, que abrange os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, foi a terceira mais desmatada do país.

Em meio ao cenário de degradação ambiental decorrente do modo de produção predatório, iniciativas pautadas pela [convivência harmônica com a natureza](#) também se fazem presentes no território.

Na estrada Santa Fé, na cidade do Crato (CE), há um espaço guiado pela coletividade e pelos saberes dos territórios, pensado, gerido e mantido por mulheres negras. É o [Terreiro das Pretas](#), das irmãs Valéria Carvalho e Verônica

Carvalho. O que começou com o plantio despretensioso de um pé de quiabo se transformou em um quintal afroecológico, no sentido mais profundo da palavra.

“A gente foi morar naquele sítio e, de repente, a gente olhou para aquela terra e começou a fazer alguma coisa. A plantar, a plantar árvores frutíferas, a colocar uma roça, a lembrar do que o nosso pai, especialmente – e principalmente o que os agricultores, que eram sujeitos do nosso trabalho – colocavam para a gente. Então, a gente começou assim”, comenta Verônica.



Produção é para consumo interno dos moradores do Terreiro das Pretas.

Os quintais afroecológicos são [sistemas produtivos](#) diversificados, implantados em pequenas áreas. A produção de alimentos saudáveis seguem os preceitos da agroecologia, sem aplicação de agrotóxicos, promovendo sustentabilidade, manejo adequado da terra e soberania alimentar. Em sua essência, carregam os saberes afro-brasileiros – herança que as irmãs fazem questão de preservar.

“Se a nossa ancestralidade é uma ancestralidade negra, africana, afro-brasileira, então por que não dar esse crédito a eles? Eu acho que tem alguns termos hoje que são criados, eu não vou nem dizer que é para negar essa herança e essa ancestralidade, mas que é feito para mercado, para acessar projetos, para isso. E a gente não pode deixar que uma cultura assim se dissolva por meio do mercado”, aponta Verônica.

Para as irmãs Carvalho, o grande mestre da construção do quintal foi a própria terra. “A terra vai ensinando qual é o melhor local, como é o melhor jeito. Então, foi esse processo, o nosso processo de aprendizado foi isso”, destaca Verônica.

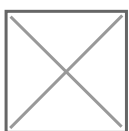
O aprendizado prático, a partir da observação e convivência com a terra, é compartilhado por Valéria.

“E aí vai procurando saber de onde é essa planta, qual a origem dessa planta, para promover a confluência, como diz [Nêgo Bispo](#). Tudo conflui, tudo conflui. Então, se o quiabo é de origem africana, tem muito a ver com aquilo que a gente faz e fala e promove”, completa Valéria.

Mais do que um pedaço de terra para plantar, o Terreiro das Pretas se tornou um lugar de questionamentos e reflexões políticas. Ali, se reflete coletivamente, com as comunidades ao redor, sobre como o verde da [APA Araripe](#), que completou 28 anos de existência, tem sido tomado pelo agronegócio, pela ausência de fiscalização, pela destinação de água à monocultura e pela lógica do lucro.

Com o passar do tempo, surgiram parcerias e suporte de profissionais especializados, que apoiaram no manejo. Longe de achar que a solução para a crise climática e a proteção da APA Araripe se resume ao quintal, elas apontam que um dos objetivos do espaço é atrair gente para as partilhas, para o aprendizado coletivo, para a organização popular e para a reflexão. “Mas a gente só precisa daquilo para viver. Então, a gente não explora a terra”, pontua Valéria.

O Terreiro das Pretas é um modo de existir. Um território de luta, afeto, criação e transformação. Atualmente, além do quiabo lá do começo, o espaço conta com cisternas, sistema de irrigação, sementes de café, milho, jatobá, maracujá, criação de animais de pequeno porte e até um baobá, a árvore símbolo de resistência e ancestralidade africana.



Árvore de origem africana, o baobá se destaca pela capacidade de armazenar água em seu tronco.

Era preciso aquilombar-se

O local é morada da família Neves Carvalho há mais de duas décadas, remanescente do Quilombo Saco dos Cansanção, no sertão de Araripina (PE).

Verônica Carvalho é bióloga e assistente social. Valéria Carvalho é pedagoga. Ambas atuam no [Cariri](#) cearense na defesa e promoção dos direitos das pessoas negras, com papel essencial na construção das marchas das mulheres negras regional e estadual. Elas também são fundadoras do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec).

Apesar de se identificarem como “da cidade”, as irmãs afirmam que, diante da necessidade de retomar direitos e fortalecer identidades, era preciso aquilombar-se.

Além dos títulos que carregam, inclusive o de doutoras Honoris Causa pela Universidade Regional do Cariri, elas trazem a herança viva dos saberes ancestrais e o propósito de inspirar por meio de suas ações. Inspirar, e não ensinar. Esse é o propósito que move o Terreiro das Pretas.

“É inspirar as pessoas a fazerem do mesmo jeito, a cuidar da mãe Gaia, porque a terra é a nossa grande casa. Então, se a gente não cuida da casa da gente, a gente vê o que vai acontecer e o que está acontecendo. Então, tudo naquele terreiro é motivo de reflexão e de celebração”, comenta Verônica.



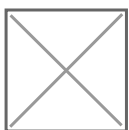
Irmãs Carvalho receberam o título de doutoras Honoris Causa da Universidade Regional do Cariri. São chamadas de ‘doutoras do povo preto’. | Crédito: Foto: Bruna Santos / Brasil de Fato

Não dá para fazer afroecologia em ‘terra de patrão’

Os quintais afroecológicos são considerados tecnologias sociais forjadas, sobretudo, pelas mãos das mulheres. Neles, o trabalho cotidiano se mistura com a vida: tudo que nasce, cresce e volta à terra, se tornando parte de um ciclo de início-meio-início.

A folhagem retirada do arredor da casa vai para o cisqueiro. As fruteiras e os pequenos animais se misturam no mesmo espaço, criando uma dinâmica viva.

“Nesse arredor de casa que está a variedade de fruteiras, variedade de pequenos animais, como a galinha, as aves, em geral – pato, peru, capote – e variedade de fruteiras de todos os tamanhos, de todos os sabores... então é essa diversidade que faz com que esse espaço se torne mais gostoso de estar perto”, explica Regilane Alves, técnica em agropecuária e integrante da [Articulação Nacional de Agroecologia \(ANA\)](#).



Pé de urucum, cultivado no quintal afroecológico, utilizado como repelente ou protetor solar.

A profissional acrescenta que o equilíbrio se manifesta até no invisível: o trabalho silencioso dos micro-organismos que regeneram o solo. As flores também têm

papel fundamental, são mais que beleza. Ali, elas também se tornam proteção, atraem polinizadores e afastam pragas. E há um cuidado constante com a água: nada se desperdiça.

“A gente diz que não tem acesso à água, mas estamos debaixo de um manancial de água. E por que o povo do entorno tem dificuldade em acessar a água? A água para essa grande monocultura que vem aí, ao que já está posta, vem de onde? Que tecnologia está sendo usada para levar a água para o agronegócio que vão implantar aqui na nossa chapada? Por que não chega a água para quem dela realmente precisa, uma vez que a água é um bem da humanidade?”, questiona Valéria, ao mencionar que no terreiro o custo-benefício de carro pipa é melhor do que a conta proveniente do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar), implantado no município.

De acordo com Regilane Alves, esse sistema afroecológico se fortalece justamente na diversidade. “A [agroecologia](#) não se dá com monocultura. Então quanto mais diverso, melhor e mais equilibrado é aquele agroecossistema. É esse sentido que faz também essa proteção daquela área, não faz o desmatamento, pelo contrário, então isso vai auxiliar também na questão das mudanças climáticas”, destaca.

A ferida aberta

A APA Araripe, que abrange os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, tem enfrentado, nos últimos anos, uma intensificação das pressões sobre o território, com projetos patrocinados pelo agronegócio e pelo setor imobiliário.

Em 2024, a área apareceu no ranking como a terceira unidade de conservação mais desmatada do país, de acordo com dados do [relatório anual do MapBiomias](#). Somente em 2024, a região perdeu 5.965 hectares de vegetação. No mesmo período foram contabilizados 652 alertas. Em 2023, o desmatamento foi de 4.636

hectares, figurando na época em quinto lugar no ranking nacional.



A APA da Chapada do Araripe foi criada há 28 anos, por decreto-lei.

“Esses grandes investimentos fazem também muito desmatamento para poder produzir do jeito que eles querem, né? Isso leva ao afastamento das pessoas. As pessoas são obrigadas a sair de suas terras porque eles vão querer uma grande coisa de terra. Então, tira autonomia desses agricultores e dessas agricultoras”, relata Alves.

Ela lembra ainda que o avanço desses projetos compromete o lençol freático e afasta as famílias das práticas agroecológicas.

“A justiça climática se faz quando a gente tem autonomia para plantar, produzir do jeito que a gente quer, com tamanho suficiente para nossa produção.”

Segundo o Coordenador Regional do [Instituto Chico Mendes da Biodiversidade \(ICMBio\)](#), Carlos Augusto de Alencar Pinheiro, embora não haja informações específicas sobre desmatamento nos arredores da Estrada Santa Fé, a região do Crato, incluindo áreas próximas ao quintal afroecológico do Terreiro das Pretas, enfrenta desafios relacionados à supressão de vegetação e à degradação ambiental.

A Chapada do Araripe, local onde a APA é delimitada, desempenha um papel crucial no equilíbrio ambiental do semiárido nordestino. Sua rica biodiversidade inclui espécies endêmicas de fauna e flora, além de ser uma importante fonte de recursos hídricos. Estudos indicam que as fontes naturais da região, como

nascentes e cursos d'água, são essenciais para o abastecimento de água e para a manutenção dos ecossistemas locais.



A Chapada do Araripe abrange os estados do Ceará, Piauí e Pernambuco.

“A atuação de iniciativas como o Terreiro das Pretas, que promovem práticas agroecológicas e valorizam o conhecimento tradicional, é fundamental para mitigar esses impactos e contribuir para a conservação da vegetação nativa”, pontua Pinheiro.

Hoje, a iniciativa se soma a outros projetos de [Sistemas Agroflorestais \(SAFs\)](#) e cadeias produtivas de restauração florestal, que recuperam áreas degradadas, estruturam a produção de sementes e mudas nativas.

Ações como a “Operação Guardiões da Chapada do Araripe”, do ICMBio, também vão ao encontro de medidas para a proteção da área. Segundo o órgão, após a identificação de 1.500 alertas de desmatamento entre 2022 e 2025, foram selecionados 250 focos de fiscalização, com o objetivo de “embargar áreas desmatadas ilegalmente e restaurar a vegetação nativa”.

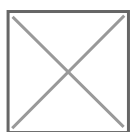
O pedido das mulheres negras não vem de hoje: olhem os territórios!

O quintal começou com a plantação de quiabo, mas o pedido das irmãs e, sobretudo, das mulheres negras do Cariri para proteger a APA Araripe ecoa há muito mais tempo, antes mesmo que palavras como “crise climática” e “biodiversidade” ganhassem espaço nas pautas públicas.

Em 31 de março de 2015, durante a realização da 1ª Marcha das Mulheres Negras do Cariri, a reivindicação já era uma pauta central: “*Pelo acesso à água, à terra, à*

moradia digna, salário justo, emprego e renda. Pela construção e implementação de desenvolvimento sustentável e social do campo e da cidade, tornando os lugares bons de se viver”, diz trecho do manifesto divulgado pela organização, que inclui o Terreiro das Pretas.

Em 2023, a pauta se manteve, mas de outra forma: *“Pela titulação e garantia das terras quilombolas, indígenas, pela reforma agrária e combate ao racismo ambiental”.*



3ª edição da Marcha das Mulheres Negras do Cariri, em 2017, com o mote “Mulheres negras movem o Brasil contra o racismo, o machismo, a violência e pelo bem viver: nossos passos vêm de longe!”.

O tempo passou, mas a urgência permaneceu. Em 2025, o chamado se renovou. Na última Marcha Regional, as [mulheres negras](#) pediram segurança alimentar, justiça climática e ambiental; demarcação de terras indígenas e quilombolas, apoio à agricultura familiar e a proibição de pulverização aérea de agrotóxicos.

“É um tema que é de importância, que é sobre a nossa vida. Então a gente tem tentado ocupar os espaços de debate nas conferências, em reuniões, nos próprios conselhos de meio ambiente nos municípios, para que a gente consiga discutir esse tema com mais inserção e propriedade também”, explica Verônica Isidório, da Frente de Mulheres do Cariri e do Comitê Impulsionador da Marcha das Mulheres Negras no Ceará.

A demanda, porém, vai além da disputa com o agronegócio ou a monocultura. Segundo Isidório, outros braços desse modelo de produção seguem o mesmo caminho: a indústria, com sua produção incessante de resíduos e químicos; e a

mineração ilegal, que invade áreas de preservação e ameaça povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Para ela, essas pautas urgentes das mulheres negras do Cariri, também são reivindicações nacionais, que serão levadas à [2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras](#), que será realizada no dia 25 de novembro, em Brasília.



Fundadoras do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunec) na V Marcha Regional das Mulheres Negras do Cariri, em 2023.

“A gente precisa tratar isso de uma forma muito séria. O debate que se deve fazer na COP30 precisa entrar muito forte na questão do enfrentamento ao racismo ambiental, porque são as comunidades ribeirinhas, as quilombolas indígenas, as comunidades tradicionais e as periferias das grandes cidades, obviamente, onde estão acumuladas a maior parte das pessoas pretas. E parte das pessoas negras nesse país tem sofrido com a questão dessas injustiças a partir do viés ambiental climático no mundo”, aponta.

Ter dentro do problema os caminhos que podem levar à solução: escutar as comunidades, os territórios, cultivar modos de produção que não devastam a natureza, olhar de outra forma para os recursos naturais e, sobretudo, repensar a vida.

“Agora, a felicidade é um projeto. É isso que a gente tenta no Terreiro das Pretas. A plantação é mais essa. A gente planta felicidade, acolhimento, respeito, amor, ação, amoração e ação no amor, entendeu? É isso, a nossa plantação, a nossa produção é essa. É mais essa, é construir consciência”, finaliza Verônica Carvalho.

**Reportagem produzida no âmbito do programa de microbolsas de jornalismo
Marcha das Mulheres Negras 2025, promovido pelo **Brasil de Fato** e pela
Fundação Rosa Luxemburgo.*

Edited by: Geisa Marques

Documento gerado automaticamente a partir de: <https://rosalux.org.br/terreiro-das-pretas-quintal-afroecologico-e-exemplo-de-bem-viver-na-terceira-apa-mais-desmatada-do-brasil/>